

ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2013

Aos 23 dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, pelas nove horas e quarenta e quatro minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 4ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais: Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Maria Luísa da Cunha Ribeiro.

A - PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista

Anabela Mancebo Gomes • António Toledo Alves • Carlos Jorge Belerique Ormonde • Carla Miranda Sampaio Raposo • Fábio António Lourenço Vieira • Hélio Manuel Melo Vieira • Irina dos Santos Mendes Pimentel • João Carlos Castro Tavares • João Luís Sanchez dos Santos • José Gabriel Pimentel da Silva • José Gonçalves Borges • José Paulo Mendes de Melo • Luís Leonel Teixeira Salvador • Manuel Henrique Assis Ferreira • Maria Luísa da Cunha Ribeiro • Paulo Agostinho Fagundes Cota • Ricardo Manuel Rodrigues de Barros • Rogério Luís Andrade de Medeiros • Salvador da Rocha Lopes • Sérgio Manuel Pedro Cardoso • Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Grupo Municipal do Partido Social democrata

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva • Basílio Narciso de Sousa • Guilherme Ferreira de Melo • Honorato Bettencourt Lourenço • Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte • Jorge Henrique Costa Belerique • José Dimas da Rocha Machado • Luciva Ventura • Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa • Luís Miguel Forjaz Rendeiro • Manuel Conde Bettencourt • Rita Olaio de Mendonça Andrade • Rómulo de Ficher Correia.

Grupo Municipal do CDS-PP

José Alberto Dinis Borges • Nuno Alberto Lopes Melo Alves • Maria Eduarda Ferreira Borba.

Câmara Municipal

Presidente: Sofia Machado do Couto Gonçalves.

Vereadores: Alonso Teixeira Miguel • António da Silva Gomes • Fernando Francisco de Paiva Dias • Hugo Louro da Rosa.

----- <> -----

A ata da sessão de 20 de junho de 2013 foi posta à discussão.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia. Há aqui um pequeno lapso que deve ter acontecido por minha culpa, porque devo ter comido as palavras como bom terceirense que se preza.

No 4º parágrafo da página 34 aparece a expressão «... *voltou a dar ao país uma lição com as forças missionárias...*» Não sei se a boca me fugiu para a verdade mas não queria dizer missionárias; queria dizer «*expedicionárias*». Não é que os continentais não precisassem de uma certa catequese e de um certo ato de missão mas não é essa a palavra adequada.

Logo a seguir no 5º parágrafo, na frase: «... *não me parece oportuno nem que tenhamos...*», corta-se este «*nem*» que está a mais. Depois, em vez de: «... *nem que tenhamos que ser...*» deve constar: «... *nem que tenhamos de ser...*» Muito obrigado.

Feitas as correções atrás indicadas, a ata da 3ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de 20 de junho foi aprovada com 27 votos a favor e 7 abstenções.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente, colocando-o também à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar.

Sr. presidente da Mesa: – Temos o relatório anual da fiscalização efetuada à CULTURANGRA, o relatório anual de fiscalização ROC – Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo e o relatório anual ROC do município.

B - PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se registaram intervenções por parte do público presente.

C - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Senhor presidente, senhores membros da Mesa, senhora presidente da Câmara, senhores deputados, senhores vereadores, muito bom dia a todos.

Apesar de não ter estado presente na última reunião da Assembleia Municipal, quero começar pela ata dessa reunião porque aconteceram algumas coisas relevantes no que diz respeito ao hotel do Canta Galo.

Gostaria que a senhora presidente me fizesse um ponto da situação do estado atual daquele empreendimento e não posso deixar de fazer alguns comentários sobre algumas situações que ficaram registadas em ata.

A senhora presidente referiu na última Assembleia que a Câmara tem apoiado e acarinhado (e estou a citar), todas as situações irregulares do empreendimento em causa e assumiu que, o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita.

Também se assumiu que o que está em projeto não é igual ao que existe em obra e que uma das duas situações teria que ser corrigida; ou se corrige a obra para que ela fique de acordo com o projeto ou se altera o projeto de modo a que fique de acordo com o que está em obra. O proprietário do empreendimento não resolveu as situações, não adequando a obra ao projeto nem o projeto à obra.

Também foi referido que já foi feita uma inspeção àquele empreendimento por várias entidades competentes e que as mesmas se pronunciaram propondo ao vereador com competência delegada o encerramento do hotel.

Senhora presidente; se o hotel não está acabado, está muito perto disso e pergunto: como é que se chegou a este ponto? Como é que uma obra daquela dimensão, com aquele impacto e com aquela importância, chega a um estado de quase conclusão, porque o que está executado não é igual ao que está no projeto, não aconteceu nada e não se embargou a obra? Como é que se chega aqui sem se obrigar as pessoas a corrigirem as coisas a tempo? Onde é que andou a fiscalização da Câmara?

Porque é que a Câmara assume (e está em ata) que tem apoiado e acarinhado todas as situações irregulares daquele empreendimento? E agora, o que é que se faz? Temos um hotel que está aberto e a funcionar com uma licença dita provisória, cuja definição não se encontra em lado nenhum e não se sabe bem qual o enquadramento legal de «licença provisória».

Como é que se faz, se estivermos numa situação em que o proprietário não regulariza a sua situação, não corrigindo a obra, nem os projetos? Parece que há aqui um problema grave porque não existe nenhum gabinete de projetos que queira pegar naquela obra e assumir a sua legalização.

Angra fica com um hotel encerrado? Corremos o risco de termos um presidente de câmara que tenha que lidar com aquela situação no futuro? Acho que o município não pode querer que se passe uma esponja, se branqueie aquela situação e se faça de contas que ela não existe.

Deixou-se acabar um hotel naquele estado, não se embargou porque era importante fazer aquela obra e agora corremos o risco que o mesmo tenha que ser encerrado pelo facto de o edifício não ter condições de segurança de acordo com a reprovação que tem merecido por parte das entidades que já lá foram fazer fiscalizações.

Já referi por várias vezes em Assembleia Municipal os problemas daquele hotel e infelizmente verifica-se que tenho tido razão nas dúvidas e questões que tenho colocado. Pelo que se vê em ata, os senhores deputados municipais presentes na última sessão da Assembleia Municipal puderam assistir a um comportamento pouco dignificante por parte do empresário proprietário daquele hotel.

Existe um comportamento pouco dignificante por parte do dono do hotel e a situação chegou onde chegou porque a Câmara deixou que isso acontecesse. E agora? Quem é o responsável? O que vai acontecer a seguir?

Sr. d. m. João Tavares: – Muito bom dia a todos. Como estamos em fim de mandato, em primeiro lugar gostaria de felicitar a senhora presidente da Câmara pelo seu excelente desempenho desde que assumiu a presidência da Câmara. A senhora presidente tem cooperado ao máximo com as freguesias e sempre acompanhou de perto a freguesia do Porto Judeu, desenvolvendo todos os esforços para que se regularize a situação provocada pelas intempéries.

Gostaria de saber o ponto da situação dos projetos de reparação das vias municipais e da Grota do Tapete. Pelo que sei, o projeto estava já aprovado, tinha sido feita a adjudicação e esperava algo mais para que se efetivasse a obra no terreno.

Sr. d. m. José Alberto Borges: – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhora presidente da Câmara e respetiva vereação, caros colegas deputados.

Em primeiro lugar aproveito a oportunidade para pedir desculpa à bancada do Partido Socialista por algumas intervenções minhas que tenham sido menos felizes. Acho que não fui

correto com algumas pessoas e aproveito a oportunidade para lhes pedir desculpas, uma vez que não vou continuar cá; se continuasse, não faria a mesma coisa.

Em segundo lugar elogio a forma digna como o senhor presidente da Mesa da Assembleia desempenhou o seu mandato. Espero que, quem vier a assumir esse lugar, desempenhe o cargo com a mesma dignidade com que o senhor o fez.

Em terceiro lugar, gostaria de dizer à Dra. Sofia Couto que, tal como a critiquei no anterior elenco camarário da doutora Andreia, enquanto desempenhava funções de presidente da concelhia quando esteve à frente dos Serviços Municipalizados, também elogiei o seu trabalho ao longo do seu mandato como presidente da Câmara Municipal.

Já referi por várias vezes que a senhora merecia continuar nesta Câmara, porque lhe deu credibilidade e talvez tenha preparado a cama para quem vier a seguir. De minha parte, muito obrigado.

Não faço parte das listas da Assembleia Municipal porque não fui convidado, se calhar porque fiz um mau trabalho aqui visto que não me limitei a entrar mudo e sair calado; expressei as minhas opiniões, umas boas, outras más, mas sei que contribuí com algumas ideias para que o concelho de Angra melhorasse nalguns aspetos.

Como a porta está sempre aberta, às tantas estarei aqui na próxima Assembleia como membro do público. Se alguém pensa que me corta a liberdade de pensamento, engana-se porque ninguém corta a liberdade ao José Borges, seja lá onde for.

Estarei aqui sempre pronto a colaborar expondo as minhas ideias porque é essa a minha forma de estar quando faço parte de qualquer lista e tento dar sempre o meu contributo onde quer que esteja.

Não poderia também deixar passar em claro o êxito das festas Sanjoaninas e do festival internacional de folclore do COFIT; penso que estão de parabéns todos os que trabalharam para esses dois eventos e espero que esse êxito se repita.

Gostaria de lembrar que o COFIT comemorará 30 anos no próximo ano; por isso espero que, quem aqui estiver, se lembre dessa excelente instituição que muito bom nome tem trazido a esta terra. Muito obrigado pela atenção.

Sra. presidente da Câmara: – Muito bom dia a todos. Vou começar pela questão colocada pelo senhor deputado Luís Rendeiro a respeito do hotel do Canta Galo. Confesso que não ouvi a gravação nem verifiquei o texto da ata da reunião anterior da Assembleia, mas, se disse, como o senhor referiu, que acarinhei e apoiei todas as situações irregulares, é óbvio que é um erro e não o deveria ter dito.

Se o repetisse agora, o que diria é que a Câmara sempre apoiou e acarinhou esta entidade, apesar das irregularidades. Como sou humana, aceito perfeitamente que, com o entusiasmo, tenha errado e dito...

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – ... A verdade!

Sra. presidente da Câmara: – A verdade, não. Não tenho por hábito, acarinhar e apoiar irregularidades. Acarinho entidades, apesar das irregularidades, porque todas as cometem. Se o disse tal e qual o senhor referiu, reconheço que foi uma falha minha de discurso.

Temos aqui uma obra de grande peso para o concelho de Angra do Heroísmo. Desenvolvemos um enorme trabalho de promoção do concelho, verificámos algumas dificuldades em termos de alojamento durante estas Sanjoaninas e precisamos deste investimento porque é uma mais-valia para este município; no entanto, por ser uma mais-valia, este empreendimento não está isento do cumprimento dos mesmos requisitos que os outros têm de cumprir. Refiro-me às outras entidades, e são muitas, que se encontram em situação idêntica; também têm obras

irregulares, licenças provisórias e passam por processos em que vão construindo mas depois vão adaptando e regularizando as situações. Este não é um caso isolado, mas, sim, um exemplo muito visível, mais badalado e com uma dimensão tão grande para o município que é preciso ter em atenção.

Tentando manter o equilíbrio entre as duas situações, o que aconteceu foi que, no dia 15 de outubro de 2012 houve uma rejeição da licença de utilização que foi corroborada pelo tribunal em dezembro desse ano.

No dia 9 de abril de 2013 foi feita a vistoria que o senhor referiu, a 11 de junho o senhor respondeu em audiência prévia e a 29 de julho houve resposta da vistoria a essa audiência prévia, mantendo a sua decisão e definindo uma das duas situações: ou o proprietário corrige as situações ou a comissão propõe que se encerre o espaço.

É certo que o hotel não pode continuar *ad eternum* como uma obra irregular, até porque não convém ao próprio, porque tem um processo de candidatura a fundos e precisa de uma licença de utilização para poder receber parte da verba.

O município tem batido pé, dizendo que uma das situações tem que ser corrigida; ou se altera a obra para coincidir com o que está na casa ou se adapta o projeto para coincidir com o que está aqui.

Não é um processo fácil. O senhor recorreu ao tribunal que voltou a dar razão ao município de Angra mas não referiu que a Câmara teria que encerrar o espaço. O que o tribunal referiu foi que a Câmara tinha razão em não conceder a licença de utilização e competia ao proprietário do hotel a correção das peças procedimentais, já que dispõe de um prazo muito curto para o fazer, visto que nos aproximamos do fim da vigência do atual Quadro Comunitário de Apoio; ou corrige a situação ou terá consequências muito mais graves. É este o ponto da situação.

O assunto não está nas nossas mãos; está nas mãos deste senhor que se encontra numa situação semelhante a muitos outros estabelecimentos comerciais, que não são aqui mencionados e também têm licenças provisórias e obras irregulares que a Câmara vai tolerando ou vai ajudando a corrigir.

Quanto ao ponto da situação originado pelas intempéries no Porto Judeu, solicitado pelo senhor deputado João Tavares, os projetos foram realizados de imediato, tudo isto foi feito em tempo record e dividido em duas partes.

Foi feito um projeto para a Grota do Tapete que foi apresentado ao Tribunal de Contas que informou a necessidade de recolher um Parecer conjunto do ministro com competência na administração local e do ministro com competência na área das finanças. Já foi realizado o resto do procedimento e aguarda-se apenas o despacho ministerial conjunto reconhecendo a sua inclusão num regime de exceção, para que se possa avançar com a obra,

Estão também concluídos os projetos e todo o processo referente aos restantes arruamentos do Porto Judeu e de S. Sebastião que serão apreciados em reunião de Câmara esta semana, a decorrer amanhã ou quarta-feira. Agradeço o comentário dos dois. Obrigada.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Oh, senhora presidente! Vim aqui preocupado com o hotel do Canta Galo e agora estou ainda mais preocupado porque, pelos vistos, há muitas situações irregulares além desta e muitos licenciamentos provisórios.

Seria preferível que a Câmara exercesse a sua ação de modo a que não houvesse a necessidade de situações irregulares e licenciamentos provisórios. O tribunal dá, de facto, razão à Câmara, dizendo que não deve licenciar o hotel; no entanto, qual é a consequência? O hotel continua a funcionar sem licença? Vai ter um licenciamento provisório *ad eternum*?

Vou remeter-me de novo à ata. O dono do hotel diz que aquela não é uma obra clandestina. Bom, ao que me parece, se não está de acordo com o projeto e os licenciamentos que teve, aquela é uma obra clandestina. É essa a definição de obra clandestina. O projeto é, de facto, muito grande, acho que nenhum dos presentes quer um hotel tipo «*Monte Palace*» enfiado na baía de Angra e no centro histórico da cidade mas corremos esse risco.

Se não houver um gabinete de projetos que assuma a responsabilidade pela alteração do projeto daquela obra para pô-lo em conformidade ou se não houver capacidade financeira por parte daquele empresário em adaptar a obra de modo a torna-la concordante com o projeto, com a lei e com os critérios de segurança, aquilo vai ter mesmo que fechar, porque não pode ficar eternamente aberto e sem poder ser licenciado.

Percebo que seja um problema grande e grave e não a quero responsabilizar como presidente da Câmara, porque todos sabemos que é uma situação herdada por si que vem desde o segundo mandato do ex-presidente Sérgio Ávila, passando por José Pedro Cardoso e por Andreia Cardoso.

Isto resulta de uma data de anos de problemas não resolvidos e que se foram amontoando uns em cima dos outros; é um problema transversal à governação de vários presidentes de Câmara do Partido Socialista neste concelho que chegou aos dias de hoje.

É importante que se saiba o que vai acontecer, porque não basta ter razão; tudo isto implica consequências e não as houve até agora. Angra precisa daquele empreendimento mas não como ele está: ilegal, não licenciado e sabe-se lá se está seguro. As culpas morrem demasiadas vezes solteiras mas não quer dizer que a gente não as aponte, não as identifique e não as denuncie.

Este processo vai transitar para o próximo presidente da Câmara. Se algum presidente da Câmara, seja ele qual for, tiver o atrevimento de passar uma esponja por cima desta situação, sem que a mesma seja regularizada, estaremos cá para denunciar e tomar as medidas necessárias porque, o que se fez à cidade com aquele projeto, aquele hotel, que é mais um autêntico mamarracho, foi muito grave. Se o pau que nasce torto não poder ser endireitado, que seja, pelo menos, podado.

Sra. presidente da Câmara: – Já houve muitas mais licenças provisórias e muitos estabelecimentos em atividade que tão pouco possuíam licença. Neste momento são 20 as licenças provisórias atribuídas no concelho de Angra. Esta não é uma obra clandestina porque tem licença de construção, verificando-se uma discrepância entre o que está em projeto e o que está em obra.

Gostaria de referir que a Câmara Municipal não é um gabinete projetista ou um gabinete de advogados, nem a solução para o hotel do Canta Galo. A Câmara Municipal é uma entidade que licencia uma obra mas não pode fazer o projeto nem resolver a situação deste senhor em tribunal; quer envolver-se e participar na solução para ajudar a resolver mas a iniciativa deve partir do proprietário. Perante o que o tribunal tem manifestado, a Câmara tem agido bem.

Quanto à passagem da esponja, não podíamos ser mais concordantes. Por não termos passado uma esponja é que esta situação não está resolvida; se o tivéssemos feito, teríamos concedido uma licença irregular e tudo isto estaria sanado. Temos exatamente a mesma opinião.

Sr. presidente da Mesa: – Antes de passarmos ao período da Ordem do Dia, gostaria de agradecer ao senhor deputado José Borges as amáveis palavras que me dirigiu; penso que refletem a amizade forjada ao longo de anos no liceu de Angra e o espírito com que ficaram os alunos da turma de 62. É importante relevar isso, vamos andar por aí e vamos continuar a ser amigos. Muito obrigado.

Sr. d. m. João Santos: – Uma vez que o senhor deputado José Borges se referiu diretamente à bancada do Partido Socialista, não poderia deixar de lhe responder. Falando em nome pessoal e desta bancada, gostaria de lhe dizer que apreciámos as suas palavras, umas vezes mais, outras vezes menos agressivas, e o que delas sempre entendemos é que nada tinham de pessoal e se revestiam do calor e da sua preocupação para com os problemas do concelho.

Apreciamos a sua postura e esse assunto está ultrapassado. Apesar de desnecessário, o pedido de desculpas caiu-lhe bem e não há qualquer ressentimento da parte do grupo municipal do Partido Socialista; sempre entendemos como sendo essa a sua forma de viver os problemas do concelho e nada mais do que isso e foi um prazer tê-lo como colega nesta Assembleia.

D - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 21 de junho a 22 de setembro, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, para apreciação.

Sra. presidente da Câmara: – Tendo sido referido por diversas vezes que a televisão não dava, por vezes, a cobertura que merecíamos, esta Câmara entendeu contratar um órgão de comunicação novo e privado para fazer um resumo das notícias mais badaladas.

Procedeu-se à projeção de um vídeo filme, cuja cópia fica arquivada no CD de registo áudio da presente sessão.

Sra. presidente da Câmara: – Foi apenas um pequeno resumo com os aspetos mais relevantes. Em 2013, a Câmara Municipal de Angra procedeu a 10 899 atendimentos ao público. A maior parte destes atendimentos deu origem a processos que depois circularam em sistema de gestão documental, em processos de obras, etc. Fizemos aqui referência a um resumo da atividade do ano inteiro mas o município faz muito mais do que se vai sabendo através das notícias mais badaladas.

As atividades que entendo mais relevantes desde a última reunião da Assembleia dizem respeito às Sanjoaninas e à transmissão em direto do programa «5 para a meia-noite» da RTP que tem grande audiência e às comemorações dos 479 anos da cidade que deram origem à recuperação dos antigos símbolos heráldicos do município.

O Festival Internacional de Folclore, organizado pelo COFIT, mas largamente apoiado pela Câmara Municipal, voltou também a dignificar o município de Angra do Heroísmo. Foi apresentado o projeto do Centro Interpretativo, materializado pelo seu estudo prévio e que originou bastantes intervenções dos projetistas locais, cuja opinião é importante para nós, para além da esperada inauguração da nova escola da Ribeirinha, um processo difícil e complicado de resolver e de ultrapassar, por vezes cravado de situações desagradáveis.

Evidencio também o início da empreitada da remodelação das redes de abastecimento e drenagem das águas no Chafariz Velho/Ladeira Branca, a adjudicação da empreitada de construção da nova escola de Santa Bárbara, a conclusão do canil municipal e a construção da Casa do Chá que foi adjudicada a uma nova empresa face à insolvência da anterior.

Destaco ainda a elaboração do relatório final do concurso público para fornecimento do estudo prévio, anteprojecto, projecto de execução e assistência técnica para o Mercado e a adjudicação do projecto cénico e restantes actividades do Teatro Angrense.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Senhora presidente; ainda bem que estas imagens só duraram um minuto. Desculpe-me o bom humor mas, com excepção do canil municipal, do pacote 3 de estradas e do processo muito complicado, como disse e muito bem, da escola da Ribeirinha, o que a senhora nos apresentou foi uma mostra do que correu mal e fracassou neste mandato autárquico de 4 anos. Assistimos a um conjunto de resoluções de contratos, de obras inacabadas e de situações como as das calçadas que correram mal e estão no estado em que estão.

Este foi um mandato de 4 anos em que muitos daqueles projectos e situações ali referidas, que me vou dispensar de enumerar porque passaram no vídeo, chegaram a estar orçamentadas, enquadradas, calendarizadas e previstas em orçamentos que todos discutimos nesta casa.

Nesta altura não deveríamos estar a discutir resoluções de contratos ou adjudicações de obras a empreiteiros; num balanço de fim de mandato deveríamos estar a discutir a inauguração das obras que não se fizeram e não me venham dizer que foi por causa do governo da república ou dos vereadores da oposição que sempre deram todas as condições para que esses projectos chegassem a bom porto.

Há 4 anos, a equipa que concorreu pelo Partido Socialista à Câmara e à Assembleia Municipal, apresentou um projecto, que aqui está e suponho que tenha sido lido por toda a gente, que abrangia um conjunto de compromissos, alguns que a Câmara podia assumir porque eram municipais, outros que não, porque eram da competência do governo regional, mas assumiu-os: o hospital de Angra, que foi feito e inaugurado pelo governo regional, e o cais de cruzeiros, que não se sabe onde é que está.

Havia outros compromissos como: o parque de exposições, outra obra que não anda; a biblioteca, que está como está; a melhoria dos cuidados de saúde primários, que estão como estão e o parque tecnológico, que também está como está.

Havia mais no que toca a projectos municipais: o Plano de Urbanização do Concelho não está feito; a reabilitação e ampliação do Clube Náutico, que esteve orçamentada e foi aqui discutida várias vezes e também não foi feito e o Mercado Municipal, que esteve orçamentado, projectado e calendarizado para este mandato.

Temos ainda a dinamização do parque industrial, a requalificação urbana nas freguesias, a valorização do centro histórico da cidade, a elaboração da Carta Municipal de Estradas e Caminhos, o Banco de Voluntariado, a Rede de Residências Apoiadas e Centros de Noite nas freguesias, o parque infantil coberto, o Regulamento de Reocupação de Casas Desocupadas e a manutenção ou reativação do programa «MOVIDOSO». Neste momento já nem há o PNF-CHI porque o técnico foi-se embora e não há programa de actividade física para idosos.

Não há o circuito de manutenção geriátrico num dos parques da cidade assim como, 2 *skate* parques no concelho, já aqui se discutiu que a escola de Santa Bárbara foi adiada e ficou também adiada a promoção do concelho de Angra como destino turístico de excelência, a dinamização das zonas balneares e a criação de novas zonas no Fanal e Serretinha, a reabilitação do Teatro Angrense, o festival internacional de poesia, o sistema de apoio às filarmónicas, etc. Posso continuar, senhora presidente: a reintrodução de escultura contemporânea na cidade, a rede municipal de equipamentos desportivos, etc.

Senhora presidente, 90% do que aqui está, não foi feito. É muito importante que haja consciência de que os compromissos assumidos são para se cumprir. Estes compromissos

foram assumidos por uma candidatura composta e apoiada por muita gente e, apesar de não ter merecido os votos da maioria dos angrenses, foi a candidatura mais votada.

Este é o tempo de se fazer o balanço do mandato; é óbvio que não é apenas o seu mas é o balanço do mandato que deve ser feito com rigor, seriedade, com a constatação real dos factos e com o trabalho feito.

Não foi por acaso que a bancada do PSD ao longo destes 4 anos veio sempre a denunciar na discussão orçamental que a execução das Grandes Opções do Plano era inferior a 50% porque os compromissos eram orçamentados e não eram executados. Chegou-se ao fim do mandato e é hora de perguntar como estão as promessas que foram feitas às pessoas.

Sr. d. m. José Alberto Borges: – Em complemento à minha intervenção anterior, queria também agradecer ao Dr. Nuno Melo Alves a forma como soube estar nesta casa e penso que a sua ausência é uma perda para esta Assembleia. Agradeço-lhe também a forma como sempre me protegeu quando fui alvo de algumas críticas. Muito obrigado, Nuno.

Não gostaria de deixar passar em claro que agora vejo o senhor professor Álamo Meneses dizer que vai reduzir as taxas das touradas e das festas; fico contente por isso, porque o CDS-PP apresentou uma proposta no início desta Assembleia com vista à redução dessas taxas.

Espero que o professor Álamo cumpra, caso venha a ser eleito o novo presidente da Câmara, porque estarei certamente nesta Assembleia para o lembrar de tal promessa. Fico muito contente com isso porque houve aqui deputados que votaram contra essa nossa proposta e talvez venham a levantar a placa verde. O que interessa é que a proposta seja aprovada e quem anda à frente dessas coisas, sintam que algo de bom foi feito por esta Câmara quanto à redução de impostos.

Gostaria de perguntar à senhora presidente da Câmara quando será colocado o outro candeeiro duplo do lado de fora do edifício da Câmara que foi partido por uma carrinha. Estou e sempre estarei atento a estes pormenores e virei aqui sempre que puder dar o meu contributo pessoal.

Hoje de manhã recebi a informação de que tinham tirado os semáforos junto à casa do Nuno na Canada Nova de S. Carlos; deixo aqui este alerta porque parece que já houve um acidente.

Sra. presidente da Câmara: – No período de eleições há discursos mais acesos e intervenções emotivas mas é também uma altura em que nos queremos fazer ouvir de tal maneira que acabamos por dizer preto e branco e batemos nos dois lados.

O senhor deputado Luís Rendeiro teve uma das intervenções mais engraçadas aqui na Assembleia, há uns tempos. Não sei se se recorda da história a respeito dos boletins municipais que pareciam os livros da Anita: «Anita vai às compras», «Anita vai ao hospital», etc. Essa intervenção teve a sua graça na altura mas agora o senhor acabou por se contradizer porque, tanto quer que não se faça esse papel, como a seguir vem dizer que não se fez.

Qualquer processo numa autarquia, num governo ou em qualquer outra entidade pública, leva 3 ou 4 anos a ser preparado, por vezes mais, desde a sua conceção até à inauguração. O seu objetivo é inaugurar coisas e só se avalia o sucesso de qualquer intervenção, de qualquer situação ou de qualquer executivo, que não seja o da sua cor política, como é óbvio, mediante as inaugurações.

Não tenho o hábito de fazer anúncio quando se lança o concurso, se coloca a primeira pedra, nem costume fazer visitas ou avisar a comunicação social, fazer o mesmo quando se lança a segunda pedra, a terceira, a quarta e por aí fora até à inauguração, para tirar partido de todas essas situações e aparecer em público. Também não tenho o hábito de inaugurar e o canil municipal é exemplo disso. Não houve inauguração; as coisas vão sendo feitas e entram em funcionamento.

Todos os processos têm os seus passos de evolução e fazem parte do trabalho dos funcionários desta Câmara; há aqui todo um trabalho executado durante muito tempo, que não aparece para o exterior, o que não significa que as pessoas não estejam a trabalhar; trabalham e trabalham muito. Uma cerimónia de inauguração faz-se num dia mas houve muito trabalho até esse momento. Tentar reduzir todo este trabalho a nada, também é demais. Quem não se sente não é filho de boa gente e eu sinto-o por mim e pelos funcionários desta autarquia.

Não há absolutamente nada que possamos fazer em termos legais no que toca a situações como as calçadas, a estufa do jardim ou a escola da Ribeirinha em que temos a empresa em insolvência ou revitalização. Vamos fazendo o que podemos e dá-nos muito mais trabalho lidar com essas situações do que com aquelas em que o processo é limpo onde se começa, adjudica, se faz a obra e se inaugura dali a algum tempo como aconteceu com o canil municipal em que tudo se processou de forma rápida e não houve qualquer «espinha», como se costuma dizer.

Contrariamente ao que estava a referir, este ano, o município de Angra do Heroísmo teve taxas de execução muito superiores a 50%. Felizmente o município tem conseguido executar o seu orçamento e está a conseguir pagar às empresas praticamente a pronto; salvo raras exceções onde as coisas se possam complicar um pouco mais, decorre apenas o tempo da entrega das faturas, a respetiva confirmação e procede-se ao respetivo pagamento.

Neste momento deparamo-nos com situações em que somos contactados por várias empresas que querem prestar serviços ao município porque sabem ser bom pagador; paga a pronto e só se compromete com o que pode cumprir.

É certo que, no cenário de há 4 anos, houve situações que não foram desenvolvidas mas, muitas delas, apesar de não concluídas, encontram-se num processo de desenvolvimento. Muitos processos não foram concluídos mas estão quase todos a serem trabalhados. Houve decisões de há 4 anos que tiveram de ser tomadas e que têm a ver com a conjuntura, com a redução de orçamentos, etc.

Tivemos reduções nas transferências do Estado para a região mas também tivemos deliberações que foram tomadas em reunião de Câmara para não aumentarmos tarifários. Ou aumentamos tarifários para obter mais receita e produzimos mais, ou não fazemos nada disso e o dinheiro fica na casa das pessoas reduzindo o investimento; são decisões que têm que ser tomadas.

Independentemente das 3 cores políticas representadas nesta casa, assumo a 100%, inclusive a decisão que foi tomada por unanimidade, mesmo que não o fosse. Por pouco que fosse, foram opções que vieram beneficiar a disponibilidade financeira de cada família deste município.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Bom dia, senhor presidente da Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal.

Nesta minha intervenção na última sessão deste mandato, gostaria de agradecer a todos estes 4 anos, umas vezes mais quentes, outras mais frios, com melhor ou pior trabalho; estou convicto que todos contribuíram em prol do concelho.

Estas palavras não são de ocasião mas também não apagam algumas diferenças políticas. Apenas as políticas são para aqui chamadas e gostaria de salientar as palavras do José Alberto Borges porque, se algumas vezes nos excedemos, foi no calor da discussão, não se tratou de assuntos pessoais e as coisas por aí ficaram.

Nestes anos apresentámos várias propostas e temos pena que algumas não tenham tido o eco que gostaríamos, porque não foram cumpridas. Recordo-me, por exemplo, de uma que foi aqui mencionada, a proposta de redução das taxas em algumas festas mas houve outras como a dos passeios do Caminho do Meio de S. Carlos com aquela coloração *sui generis* que hoje

não condiz com as cores da bandeira de Angra; há alguns anos ter-se-ia pensado que seria essa a intenção mas hoje é tão descabida que provámos ter demasiada razão antes do tempo e a situação não se resolveu. Houve, no entanto, outras propostas que foram parcialmente cumpridas como a melhoria da sinalização dos acessos à zona industrial de Angra do Heroísmo ao pé do Aterro Sanitário.

Contámos por algumas vezes com o apoio das outras bancadas na defesa do concelho, apresentando alguns Votos de Protesto. Lembro um em concreto sobre as alterações que estavam previstas para o sistema regional de saúde que seriam lesivas para as populações do nosso concelho e um outro que emborça um pouco numa questão referida pela senhora presidente da Câmara e que tem a ver com a RTP.

Por mais que uma vez, mencionámos a falta de interesse que os órgãos de comunicação social públicos têm demonstrado em relação ao concelho de Angra e aos seus órgãos, nomeadamente a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, com a falta de cobertura a que fomos vetados em momentos importantes para o concelho como a aprovação do Plano e Orçamento, o fruto das mudanças políticas que ocorreram no elenco municipal e a estreia da atual presidente da Câmara na Assembleia Municipal.

Todas estas situações foram acontecendo apesar de a Câmara de Angra ter assinado um protocolo com a RTP S.A., cedendo instalações para que aquela estação pública não esquecesse que existem órgãos políticos neste concelho que merecem alguma atenção, o que infelizmente não aconteceu.

Quando a senhora presidente da Câmara referiu que tinha aqui uma solução para ultrapassar a falta de cobertura dos órgãos públicos regionais, pensei que iríamos ver uma proposta de criação de uma RTP Terceira ou RTP Angra, que o município iria empenhar-se em regulamentar alguma solução dessa natureza, que estaríamos hoje a ser transmitidos via web ou qualquer coisa do género. Se calhar, para lá termos que caminhar porque, se não nos querem dar cobertura, havemos de fazer ouvir a nossa voz por meios próprios se assim tiver que ser; vimos hoje aqui um filmezinho mas poderá ser um começo.

Em termos concretos de apreço e de matéria, o balanço já foi aqui feito pelo deputado Luís Rendeiro e não o vou repetir. Este mandato, fruto das circunstâncias das entradas e saídas, acabou por andar um pouco aos solavancos, o que acaba sempre por prejudicar alguns processos.

Independentemente dos resultados eleitorais, gostaria de ver no próximo mandato uma atitude de maior fidelidade e afinco na defesa do concelho, porque essa atitude não será possível sem a continuidade dos processos.

Não estou a fazer qualquer crítica à atual ou à anterior presidente de Câmara; apenas estou a lembrar que os processos foram muitas vezes interrompidos e retomados por força das várias remodelações sofridas pelo elenco camarário e desejo que haja estabilidade na composição do elenco que a Câmara, a cidade e o concelho necessitam.

Quero agradecer mais uma vez a simpatia de todos ao longo deste mandato. Aconteça o que acontecer, não estarei cá na próxima Assembleia Municipal. Muito obrigado a todos.

Sr. d. m. Joaquim Ponte: – Senhor presidente, senhores membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal, bom dia a todos.

Também queria começar por apresentar os meus cumprimentos de despedida, uma vez que esta será, certamente, a última reunião da Assembleia Municipal em que participo. Não sinto necessidade de pedir desculpas a ninguém porque parti sempre do princípio de que as questões que aqui discuti seriam tratadas com a preocupação que a todos norteia nesta casa de

defender os interesses do nosso concelho e fazemo-lo de forma mais ou menos acalorada consoante o temperamento que pomos em cada uma das questões. Nunca me senti ofendido por ninguém, penso que também nunca ofendi ninguém nesta casa e se o fiz, foi de forma involuntária.

Neste ponto da ordem de trabalhos e sem pretender ser desmancha-prazeres, quero juntar-me à reflexão que está a ser feita em final de mandato sobre a situação do nosso concelho. Isto não envolve nenhuma crítica especial à senhora presidente da Câmara nem a nenhum dos que a antecederam; envolve sim uma crítica à responsabilidade política que tem o partido que liderou a Câmara e todos os seus agentes nestes últimos tempos.

Na minha perspetiva, o balanço final tem que ser profundamente negativo para o concelho de Angra do Heroísmo. Hoje o nosso concelho está com problemas económicos graves, problemas sociais complexos e problemas seríssimos de desertificação.

O mal dos outros não nos deve consolar. A nossa Câmara Municipal, não sendo a pior dos Açores, não vive uma situação confortável para quem vier a liderar os seus destinos no futuro. Em termos políticos também passou por uma série de mutações atribuladas que todos nós conhecemos, não teve a consistência necessária para desenvolver os projetos que se propôs alcançar, porque muitos deles estão muito longe de serem alcançados.

É evidente que todas as pessoas trabalharam; não duvido do empenho dos funcionários, dos técnicos e dos autarcas eleitos, mas a verdade é que o comum dos cidadãos como eu, que vive no nosso concelho, chega ao fim deste mandato e recorda uma expectativa que tinha sobre projetos que ficaram por concretizar. Por muitas justificações que tenhamos, a verdade é que o que foi dito que havia de acontecer no nosso concelho ao longo deste tempo não aconteceu.

Não quero entristecê-la nem pretendo ser desmancha-prazeres, senhora presidente, mas, se fosse a si, não repetia este pequeno filme que nos mostrou, porque fará lembrar a qualquer munícipe minimamente atento situações que estão por resolver ou outras que foram mal resolvidas.

Não me parece que seja vantajoso estarmos aqui a lembrar situações como as calçadas de Angra ou a escola da Ribeirinha, dizendo que são situações resolvidas no nosso concelho, quando sabemos que estão longe de estarem resolvidas, algumas delas em contencioso na Câmara Municipal que terão que ser resolvidas pelo próximo executivo com a empresa que entrou em incumprimento.

Não me parece que haja qualquer vantagem em relembrar aqui situações como a do Mercado Duque de Bragança que já devia estar pronto. Há anos que se fala numa solução para aquele mercado, do qual depende a dinamização do tecido comercial do centro histórico da nossa cidade. Não podemos querer pessoas na cidade, sem lhes proporcionarmos o mínimo de infraestruturas que lhes tragam comodidade.

Não podemos invocar este tipo de situações como sendo um sucesso, estando elas no ponto em que estão, porque são de triste memória e deviam estar resolvidas. O mesmo se diga do Teatro Angrense, cuja situação se arrasta há anos. Que me lembre, desde há 12 anos que se anuncia a resolução dos problemas daquele teatro mas parece-me que tal só acontecerá quando ele cair porque o seu restauro se torna mais difícil a cada dia que passa.

Senhora presidente, como não é de estranhar, a minha perspetiva é diferente da sua. Quero felicitar-la pelo seu empenho no trabalho que desenvolveu ao longo deste tempo como presidente da Câmara em circunstâncias que todos conhecemos com as quais discordo profundamente por considerar uma situação democraticamente inaceitável.

Não posso deixar de fazer aqui este registo de pesar pela forma como a Câmara Municipal de Angra tem sido dirigida nestes últimos anos e pela herança que esta e as câmaras anteriores deixaram para quem suceder no executivo deste município.

Muito obrigado pela sua deferência, senhor presidente. A todos, muitos cumprimentos e felicidades pessoais e profissionais. Muito obrigado.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Bom dia, senhor presidente da Mesa, senhora presidente da Câmara, restantes vereadores e caros colegas deputados municipais. Não pedi a palavra no período de Antes da Ordem do Dia porque achei que não valia a pena.

Quero saudar a iniciativa que aconteceu este sábado no Relvão que foi o culminar de mais ou menos 3 meses de trabalho de um grupo de voluntários que se associou à causa «Um dia pela vida» que é uma causa mundial para angariar fundos para a luta contra o cancro. Sei que a senhora presidente esteve lá mas eu não pude ficar o dia todo.

Foi um evento muito gratificante e emocionante, que espero ver repetido por muitos anos, porque, com estas pequenas coisas, sentimos que vale a pena andarmos por aqui. Gostaria de saudar a Câmara por ter abraçado esta iniciativa.

No que toca à atividade municipal, gostaria de deixar uma achega relativamente à página 57. No quadro dos Serviços Municipalizados, bens e serviços, na coluna da frente, onde refere «valor sem IVA», está tudo indicado com a sigla SMAH; não sei se se tratou de uma falha mas esta coluna não faz sentido porque não refere os valores.

Em relação ao balancete das Grandes Opções do Plano e da despesa no orçamento para 2013, na análise dos quadros, não podemos deixar de verificar que a taxa de realização é de apenas 42% relativamente ao financiamento definido. Como foi referido pelos meus colegas de bancada, ficaram por realizar muitas obras, nomeadamente o Teatro Angrense, a obra da estufa no jardim e o Mercado Duque de Bragança.

Em relação à produção atual do orçamento, onde podemos ver a informação sobre a faturação, verificamos que o faturado em relação ao comprometido é de apenas 62%. Julgo que sei a resposta mas gostaria que a senhora presidente me esclarecesse.

Sr. d. m. João Santos: – Vamos mesmo até ao fim. O senhor deputado Luís Rendeiro não deixa de me surpreender desde a primeira à última reunião da Assembleia Municipal. Deu-me a ideia que o senhor foi um deputado eleito que veio à primeira reunião da Assembleia, emigrou para os Estados Unidos e Canadá e chegou agora em período eleitoral para fazer uma avaliação do que se passa no concelho, pois só assim se percebe o teor da sua intervenção, semelhante à do Dr. Joaquim Ponte, mas completamente diferente na forma.

Quando fala do mandato do Partido Socialista, não sei se o senhor deputado se esquece da postura da oposição do PSD durante o período em que a Dra. Andreia Cardoso foi presidente da Câmara.

Segundo a lista das presenças nas atas das reuniões da Assembleia Municipal, o senhor estava cá, por isso deve lembrar-se da postura da oposição nesta casa, que eu cheguei a apelar de terrorista relativamente ao trabalho e às iniciativas, que foi uma constante força de bloqueio a tudo o que se pretendia fazer.

Senhor deputado, não me vou alongar e apenas apelo um pouco à sua consciência. Parece-me que o Dr. Joaquim Ponte, dizendo mais ou menos a mesma coisa, foi muito mais sensato nas suas palavras.

É óbvio que há coisas que nos deixam descontentes, também à senhora presidente da Câmara, e todos gostaríamos que tivessem corrido melhor, mas o senhor deputado não pode escamotear as suas/vossas responsabilidades no processo e vir agora dizer que tudo poderia

ter sido diferente, incluindo a postura dos vereadores do PSD na Câmara Municipal de Angra durante o mandato da doutora Andreia Cardoso, por exemplo.

Neste período o meu palco não é este e também não deveria ser o seu. Estamos a 6 dias das eleições e, por mim, vamos deixar os angrenses julgarem o Partido Socialista, o PSD, o CDS-PP e todas as outras forças políticas. Não me parece que seja o local nem a altura para se fazer campanha eleitoral. Muito obrigado.

Sra. presidente da Câmara: – O senhor disse que não quer ser desmancha-prazeres, nem consegue. Tenho plena consciência do cenário em que nos encontramos, quer no espaço que é a Assembleia Municipal, quer na altura que vivenciamos e não esperaria que o senhor gostasse de qualquer vídeo que eu passasse ali, a não ser que falássemos mal de nós próprios.

É feita uma reflexão sobre o concelho que me merece alguns comentários. Se a Câmara de Angra não vive uma situação financeira confortável, 90% das câmaras deste país viverão muito pior. Penso que poderá constatar facilmente que esta autarquia é uma das mais estáveis deste país em termos financeiros, de endividamento, de execução, de disponibilidade financeira e de fundos disponíveis que fazem com que não tenhamos que recorrer a quaisquer apoios financeiros.

Mantenho o mesmo discurso: não temos dinheiro para fiambre nem queijo, mas temos dinheiro para pão e manteiga e ninguém vai passar fome. Acredito que não tenha havido a estabilidade necessária em termos políticos e que se tenha vivido um cenário mais complicado e difícil mas, felizmente, essa situação foi superada. Neste momento temos 4 forças políticas a concorrerem à Câmara Municipal de Angra o que demonstra que desperta bastante interesse.

A respeito do que foi dito sobre os processos contenciosos que terão que ser resolvidos pelo próximo executivo, penso que o senhor não estará a par porque todas aquelas situações estão resolvidas. Não há nenhum processo contencioso a decorrer com a estufa do jardim nem com a *Meneses & McFadden* a respeito das calçadas ou da escola porque foi tudo resolvido até ao momento; todas essas situações estão sanadas.

Acredito que a questão do hotel do Canta Galo, referida pelo senhor deputado Luís Rendeiro, tenha um desfecho diferente mas tudo o resto está sanado. Há um processo que tem a ver com as indemnizações da ETAR mas foi resolvido e está a ser finalizado. Todas estas situações estão resolvidas e penso que o próximo executivo não terá razões para quaisquer preocupações, quer financeiras, quer contenciosas.

Referiu também não podermos evocar como de sucesso, as situações que vamos vivendo. Não se trata de evocar sucessos; fiz questão de referir que estas são as situações mais badaladas. Estamos nesta fase, não é uma questão de sucesso mas o insucesso não foi só nosso porque houve muitas empresas que foram à falência e fomos resolvendo cada um dos casos que nos foi surgindo.

Em resposta à senhora deputada Rita Andrade, é claro que o documento contém um erro; onde consta: «valor sem IVA» deveria constar: «entidade» que são os Serviços Municipalizados. Se reparar, os valores de execução de 42% referem-se ao fecho de contas até meio do ano, o que significaria uma execução de 84% até ao final do ano.

Porquê faturar apenas 60% dos comprometidos? Porque, pela atual lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), quando se lança uma obra tem de se comprometer a totalidade da verba até ao fim do ano que vai sendo paga, à medida que vai sendo executada.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Senhor presidente, Exma. Câmara, colegas deputados, bom dia. Tenho estado a ouvir porque, por vezes, ouvir é mais importante do que falar.

Fiquei surpreso e algo desagradado com algumas observações feitas pelos meus colegas da Assembleia. Não sou bem um profissional da política mas, como cidadão, acho que a última reunião da Assembleia Municipal de um mandato é talvez o momento mais adequado para se fazer um balanço das atividades que ocorreram durante esse mandato.

Parece-me da mais elementar regra de bom senso, de princípio e de convivência democrática que, quem teve responsabilidades na parte executiva, aproveite a oportunidade para justificar os seus atos e os fiscalizadores emitam a sua opinião e não interpreto como sendo um ato de aproveitamento político ou de eleitoralismo para iniciar uma campanha. As campanhas têm o seu lugar próprio, nós aqui somos membros da Assembleia e, como tal, temos a obrigação de defender os nossos pontos de vista com a maior lisura e educação.

A segunda questão que gostaria de colocar tem muito a ver com o vocabulário usado, sobretudo a adjetivação. Compreendo que as pessoas mais emotivas, que gostam de colorir o seu discurso com adjetivos muito fortes, (as tais cores quentes ou coléricas), tentem, de alguma maneira, justificar essa ação pelo calor da discussão mas deve haver alguns limites de bom senso.

Fiquei muito surpreso quando o meu ilustre colega e amigo João Santos, que naturalmente deve ter fontes de informação diferentes das minhas, considerou que a vereação do PSD que constituía o elenco camarário teve uma ação terrorista durante o mandato e que essa ação, de alguma maneira, justificaria alguns incumprimentos das promessas lançadas aos eleitores.

Pelo que tenho lido e ouvido e pela experiência e o contacto que tenho tido com as pessoas, não me parece que a ação desses vereadores em termos executivos fosse propriamente de negação sistemática às propostas lançadas à Mesa ou que essa atitude extremamente negativa bloqueasse completamente a Câmara, antes pelo contrário.

Tive a oportunidade de contactar com a experiência da anterior presidência camarária e confesso que não simpatizei muito com o estilo da sua antecessora; simpatizo muito mais com o seu porque me parece uma pessoa aparentemente mais flexível, mais educada, mais racional e menos emotiva. Tenho a sensação de que a tensão que existia nesta Assembleia descomprimiu um bocado no momento em que a atual presidente assumiu a condução do município.

Pedia aos meus colegas que não se esquecessem que estamos na última sessão da Assembleia Municipal e este é o momento certo para se fazerem balanços das situações. Quem acha que fez muito bem, que o diga e defenda a sua dama; quem acha que não foi tudo bem feito, como seria de esperar, faça o favor de o colocar na mesa. Isto não são atos terroristas; são opiniões expressamente colocadas no local certo e no momento certo e isto não é, seguramente, campanha eleitoral.

Não me lixem: o público não está a ouvir isto, não se importa muito com o que aqui se diz na maior parte dos casos e a televisão nunca apareceu nem vai aparecer. Digam o que quiserem à vontade porque isso não vai, seguramente, influir no resultado eleitoral. Muito obrigado.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Quero sublinhar a intervenção do senhor deputado Manuel Conde mas também queria agradecer a intervenção do senhor deputado João Santos que, no seu estilo habitual e um pouco teatral de fazer oposição à oposição, se esqueceu de fazer defesa da posição.

Dos pontos deste programa que os senhores levaram a votos, gostaria que me dissesse qual das situações que denunciei, é mentira. Acho que todos se lembram das discussões bastante acesas que tive com o doutor António Maio sobre execuções orçamentais a propósito do orçamentado e do executado. Meus caros: não foram as oposições que prometeram e

orçamentaram; foi o Partido Socialista, por isso é que compreendo que não se sintam confortáveis com os balanços deste mandato.

Estou certo que ninguém numa bancada é mais ou menos sério do que alguém da outra. Somos todos deputados municipais com posições e posturas diferentes e acredito que os senhores também gostariam que isto que aqui está também tivesse sido executado mas não o foi.

Esse balanço tem que ser feito, os senhores deram e dão a cara por isto e eu nem trouxe o manifesto do candidato Álamo Meneses que se tem fartado de propagandear situações na sua campanha que são a maior crítica ao executivo camarário cessante, dizendo que não houve liderança local, que é preciso gerir e intervir melhor nas águas quando o vereador Cota Rodrigues anunciava que o problema de águas do concelho estava resolvido, criticando e propondo melhor ação no caso das térmitas, da geotermia, etc.

Estou apenas a fazer um balanço destes 4 anos e deste manifesto eleitoral que é o vosso porque, na próxima Assembleia Municipal, estarão alguns dos mesmos e outros novos deputados municipais. Os senhores não gostam da realidade, a vossa borbulha está infetada e não gostam que lhe toquem.

Não retiro uma vírgula quando disse que o mandato da doutora Andreia Cardoso foi o pior desde o 25 de abril, pela postura, pelas atitudes, pela incapacidade de gerar pontes e criar entendimentos com as oposições.

Vou relembrar que houve orçamentos camarários que foram negociados com as oposições e houve compromissos assumidos com a Câmara, nomeadamente no caso da reabilitação do Teatro Angrense e da construção de ETAR's em S. Mateus e S. Sebastião, que levaram à viabilização de orçamentos camarários que, deliberadamente, não foram cumpridos. Houve aqui uma vereação que enganou os seus parceiros de oposição; ENGANOU os seus parceiros de oposição e as questões não foram cumpridas!

Não foram as oposições que foram terroristas; foi a Câmara que não foi séria. Peço-lhe que seja tao sério como quer que os outros sejam consigo. Houve uma Câmara Municipal que não foi séria e houve assumidamente uma diferença de postura e de atitude da presidente Sofia Couto em relação à sua antecessora que se refletiu no ambiente de trabalho, na vereação e na Assembleia Municipal.

Na primeira reunião da Assembleia Municipal em que a presidente Sofia Couto esteve presente, eu disse-lhe desde logo que não tinha que conquistar as oposições; tinha que conquistar a bancada do Partido Socialista mas, das duas, uma: ou a presidente Sofia Couto não quis conquistar o Partido Socialista e preferiu exercer um mandato sério que é reconhecido porque herdou um menino com a fralda suja e teve que a trocar ou o Partido Socialista não quis esta presidente, daí que o candidato seja outro. Ou a presidente não quis ser candidata ou os senhores não a quiseram, mas o futuro o dirá.

Os balanços são para serem feitos aqui. Façam o vosso, se estão satisfeitos com o que foi feito, porque nós, como oposição, não estamos satisfeitos e estamos a denunciar aqui para que fique em ata para a posteridade; pode ser que alguém a queira consultar porque a ata é um registo histórico, independentemente de termos cá a RTP, jornalistas ou quem quer que seja. É preciso que se saiba quem disse o quê e quem defendeu o quê.

Senhora presidente; quanto à «Anita vai de férias» e à «Anita vai para a escola», foi, de facto, um episódio divertido e diverti-me bastante a fazer essa sátira que tinha enquadramento porque estava a ser distribuída à população, uma revista de propaganda pessoal da anterior presidente da Câmara e ainda bem que esses tempos acabaram. Ainda bem que a «La

Redoute» da Andreia Cardoso acabou; foi bom que tivesse acabado porque aquilo era nada. Essa crítica que fiz na altura teve o seu enquadramento e uma consequência e ainda bem.

No que diz respeito a este vídeo, por acaso não partilho da opinião do doutor Joaquim Ponte porque acho que deveria ser repetido insistentemente. Muito obrigado.

Sra. presidente da Câmara: – Vou começar pela intervenção do senhor deputado Manuel Conde: «Que tenham tento nas palavras...?» Não sei se foram usadas exatamente estas palavras. «A Câmara não foi séria?» Talvez eu é que não tenha sido séria porque fui eu que assumi o compromisso do Teatro Angrense e das ETAR's e não, o outro elenco camarário; já foi comigo. Foi na minha primeira ou segunda reunião. Foi comigo! Se houve alguma coisa para trás, não sei.

Gostaria de me lembrar de cor mas, infelizmente, como tiveram oportunidade de ver, foram dez mil e tal processos que entraram este ano, divididos por 2 pessoas só no atendimento ao público. Se formos ver as obras e tudo o resto, passamos dos 13 000 processos divididos por 2 pessoas a tempo inteiro. Estamos a falar de 13 000 entradas e, por vezes, cada um vem 10 vezes, o que faz 10 passagens. Calculem como será o dia-a-dia nesta Câmara!

Houve esse compromisso para ser votado e aprovado. Se bem me recordo, fizemos algumas adaptações nesse orçamento que acabaram por chumbar, não foi? Penso que votaram contra e houve uma abstenção do CDS-PP mas vamos confirmar essa situação.

Tal como referi, cada processo leva 2, 3, 4 ou 5 anos até ficar concluído e foi prometido que se avançaria com o processo do Teatro Angrense. Já foi adjudicado o projeto cénico e a condução técnica da obra, está a ser lançado o projeto da arquitetura e restantes especialidades e já estamos a entrar na segunda fase. Demos seguimento e cumprimos. Era impossível concluir a obra; não há tempo para isso porque estes processos devem levar o seu tempo regulamentar.

Quanto às ETAR's, foi prometido que iríamos estudar e avaliar a situação. Foi deliberado e comunicado em reunião de Câmara que não se construiria a ETAR de S. Mateus porque seria preferível fazer um tratamento diferente e a ETAR de S. Sebastião está em avaliação porque o processo é muito mais complicado do que se possa imaginar. Não houve incumprimento, muito menos, falta de seriedade.

Não consigo compreender. Eleitos direta ou indiretamente, estamos todos nesta Assembleia Municipal. O senhor deputado Joaquim Ponte gosta de evidenciar que não tenho o direito de estar aqui; é a sua opinião, que eu respeito, mas discordo. Somos as mesmas pessoas do lado de dentro e do lado de fora desta porta. Aqui apenas representamos partidos diferentes, não temos que mudar o nosso discurso nem a nossa forma de pensar e não devemos pensar uma coisa e dizer outra.

Às vezes fico chocada com o que aqui é dito, sabendo tudo o que se passou neste período de preparação das listas, por exemplo. Parece que as pessoas que aqui estão presentes não fizeram o que fizeram! Peço desculpa por me ter excedido.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Gostaria de chamar a atenção para uma ou duas coisas, pegando numa frase que foi proferida há pouco. Tudo foi diferente a partir da altura em que o Partido Socialista, através dos seus elementos na Câmara, entendeu que tudo podia e devia ser diferente e poderia ter sido assim desde o início.

Recordo que, antes de 31 de dezembro do primeiro ano deste mandato que agora finda, a oposição esteve dividida em relação a uma matéria que ficou resolvida há pouco tempo e que tem a ver com um empréstimo contraído a uma entidade bancária para, supostamente, pagar dívidas das festas Sanjoaninas. Não tinham ainda passado 2 meses da tomada de posse da Câmara e foram dados sinais de colaboração a toda a frente.

Não foi a oposição que mudou ao longo destes 4 anos; foi a posição. O que é lamentável é que, para a posição mudar, teve que mudar a presidente; isto é que é incompreensível porque não houve mudanças nos vereadores da oposição. Nenhum de nós passou a ter outra atitude. O que mudou foi o espelho com que as nossas propostas eram acolhidas e o respeito que a Câmara passou a ter para com a oposição.

Todas as pessoas de todas as oposições já louvaram por várias vezes a atual presidente da Câmara e o seu elenco por essa mudança de atitude que facilitou o trabalho e a união, levando a uma visão conjunta deste concelho. A mudança deu-se do lado do PS porque a oposição manteve-se igual a si própria e sempre trabalhou da mesma maneira. A oposição, que às vezes é aqui apontada como «um» talvez fruto do quadro eleitoral, nem sempre trabalhou dessa forma.

Recordo outro aspeto que teve a ver com medidas saudáveis para o concelho, para a Câmara e para a própria Assembleia Municipal, que foram as propostas da oposição sobre a fiscalização, por parte da Câmara, das contas da Culturangra, das Sanjoaninas, etc.

É preciso frisar aqui que a oposição nunca chumbou um Plano e Orçamento à Câmara que teve sempre os seus maiores instrumentos políticos e de execução aprovados, ano após ano, uma vez por um partido, outra vez pelo outro. A oposição nunca teve vontade de forçar uma situação política de impasse desconfortável para o concelho ou de eleições intercalares na Câmara; a dada altura, a oposição entendeu que, se calhar, a Câmara e o próprio Partido Socialista deveriam reconhecer essa necessidade.

Volto a frisar que a grande mudança deu-se no Partido Socialista que mudou de atitude perante a oposição que, desde o início, sempre colaborou, aprovou planos e orçamentos, fez o que achou que tinha que fazer e não quis dar total delegação de competências à anterior presidente da Câmara porque entendeu que ela não fez por merecer na altura.

A oposição não condicionou a execução do município nas tarefas políticas e de decisão, porque os principais instrumentos políticos, que são o Plano e o Orçamento, foram sempre aprovados.

A oposição manteve a sua atitude reconhecida pelo atual elenco da Câmara Municipal que teve a inteligência para colaborar, levar este barco e pacificar a Assembleia Municipal e a Câmara que estava muito crispada a dada altura; pararam as críticas em surdina e as coisas começaram a funcionar.

É legítimo que façamos este balanço, que o PS faça também o seu e tenha outro entendimento mas é fundamental não esquecermos que o que efetivamente mudou foi a atitude do PS.

Sr. d. m. Joaquim Ponte: – Vou prestar dois esclarecimentos e pedir à senhora presidente da Câmara três esclarecimentos concretos.

Nunca disse, nem digo, nem acho que a senhora presidente da Câmara, Dra. Andreia Couto...

Sr. presidente da Mesa: – Sofia Couto.

Sr. d. m. Joaquim Ponte: – Peço desculpa pela confusão que não foi intencional.

Sra. presidente da Câmara:– Não sei se isso foi inocente...

Sr. d. m. Joaquim Ponte: – Foi, foi inocente mas também não viria nenhum mal ao mundo porque, Andreia ou Sofia, são dois nomes bonitos e qualquer um lhe ficaria bem.

Gostaria de esclarecer de uma vez por todas que não acho que a Dra. Sofia Couto não tem o direito ou não esteja legalmente a presidir a esta Câmara. A Dra. Sofia Couto tem o direito e está a presidir legalmente esta Câmara. O que eu acho é que a senhora e os que a acompanham nesta vereação, eleitos pelo Partido Socialista, não têm a legitimidade

democrática que decorre do voto da população do concelho de Angra. As pessoas não votaram na Dra. Sofia Couto nem na equipa que a acompanha para serem os dirigentes desta Câmara, na posição que hoje ocupam.

Os senhores estavam numa posição de «não eleitos». A Câmara foi eleita com 7 vereadores (3 do PS, 3 do PSD e um do CDS-PP) e os senhores, quer queiram, quer não, não foram eleitos. Os senhores formalmente estão bem e a coberto da lei, têm o direito de cá estarem mas, na minha perspetiva, não têm a legitimidade democrática que resulta da vontade das pessoas; essa não foi expressa para que os senhores ocupem os lugares que ocupam.

Não está em causa a pessoa do Dr. Hugo Rosa, que muito estimo e considero, mas era o oitavo da lista da Câmara Municipal e neste momento é vice-presidente da Câmara. É esta aberração que acho que existe em termos democráticos e que desvirtua a vontade do povo de Angra quando votou.

É evidente que isto decorre do abandono e da fuga dos eleitos do Partido Socialista que ocupavam os lugares de dirigentes da Câmara Municipal; foi isso que aconteceu, por razões que não interessa discutir agora, mas, visto à distância e pelo que me parece, ainda bem que aconteceu. Pelos testemunhos que tenho ouvido nesta Assembleia, por parte de quem acompanhou mais de perto do que eu a atividade da Câmara Municipal, essa mudança até trouxe vantagens para o concelho e para o funcionamento do município.

Queria que ficasse bem claro para esta Assembleia e para os eleitos da Câmara Municipal que a minha posição é esta e que não estava disponível para falar mal de qualquer testemunho, filme ou manifesto que nos fosse apresentado como balanço da atividade desta Câmara Municipal.

Talvez a senhora não me conheça bem mas, se por ventura tivéssemos a oportunidade de ver aqui um filme que nos mostrasse as calçadas de Angra definitivamente concluídas, o Teatro Angrense pronto a ser utilizado, o Mercado Duque de Bragança a funcionar como dinamizador do centro de Angra e as escolas da Ribeirinha e de Santa Bárbara prontas com as crianças lá dentro, eu seria capaz de fazer uma intervenção felicitando-a a si e à Câmara e regozijando-me porque isso seria bom para a Câmara Municipal, para os seus responsáveis e para o concelho, mas infelizmente não foi isso que aconteceu.

Na minha maneira de ver e de qualquer pessoa que também queira ver com isenção, tivemos uma situação lamentável de gestão deste município por parte do Partido Socialista ao longo de todo este tempo.

Finalmente, e para meu esclarecimento, gostaria de perguntar à senhora presidente qual a capacidade de endividamento da Câmara Municipal neste momento, porque tenho ideia de que a senhora terá dito nesta Assembleia que não chegaria aos 10% e que estariam comprometidos cerca de 95 ou 96% dessa mesma capacidade de endividamento; como não tenho a certeza, queria apenas confirmar.

Gostaria que a senhora presidente me dissesse também como foram definitivamente resolvidas as situações das calçadas de Angra e da escola da Ribeirinha. Muito obrigado.

Sra. presidente da Câmara: – Conheço-o muito melhor do que o senhor me conhece a mim, porque eu era mais nova quando o senhor era meu presidente da Câmara e uma pessoa por quem tinha e tenho muito respeito e admiração. Enquanto o senhor foi presidente da Câmara, o seu trabalho sempre foi uma referência lá em casa e para mim continua a sê-lo. Porque é que eu haveria de dizer o contrário? Acho que o senhor foi um bom presidente da Câmara e marcou este concelho.

Sr. d. m. Joaquim Ponte: – Muito obrigado.

Sra. presidente da Câmara: – O senhor reconhece a legalidade mas acha que não temos legitimidade democrática para estarmos aqui e que se trata de uma aberração em termos democráticos. Vou dizer o que penso sem querer fazer qualquer tipo de discurso demagógico. O senhor também não permaneceu na Câmara até ao fim do seu mandato e houve pessoas que o substituíram. Para as pessoas que o vieram substituir, que não foram eleitos à partida e teve que entrar mais um que não tinha sido eleito, penso que não agradável...

Sr. d. m. Joaquim Ponte: – Não saíram todos...

Sra. presidente da Câmara: – Não é essa a questão. Saiu uma pessoa e entrou outra que não foi eleita de forma legítima e democrática; é exatamente a mesma situação. O senhor disse que para si e para as pessoas deste concelho o trabalho que foi feito é lamentável mas penso que as pessoas não terão essa opinião.

Quanto à capacidade de endividamento da Câmara, a lei do Orçamento de Estado é aprovada na Assembleia da República e o senhor deve conhecê-la muito bem; como tal, deve saber que a lei do OE de 2012 e 2013 proíbe os municípios de se endividarem mais do estavam a 31 de dezembro do ano anterior. Quer isto dizer que, neste momento, a capacidade de endividamento deste município ou de qualquer outro se encontra nos 100%, ou diminuído da percentagem que tenham já conseguido recuperar.

Nenhum município deste país pode aumentar o seu endividamento face a 31 de dezembro do ano anterior. Se a nossa capacidade de endividamento é de 94 ou 95%, isso significa que já libertámos 5 ou 6 % e não que estamos perto de esgotar a percentagem de endividamento.

Já pagámos um milhão e tal, já reduzimos o nosso endividamento de sete milhões e tal para pouco mais de seis milhões, o que significa que reduzimos a nossa dívida em um milhão e tal. Temos uma capacidade de endividamento de 7 milhões e temos um total de 19 milhões da habitação social que estão excecionados e não contam para a capacidade de endividamento.

Somos das câmaras que têm um menor nível de endividamento, na ordem dos seis milhões e qualquer coisa. Neste momento a capacidade de endividamento é nula para todos os municípios do país. Não podemos aumentar a capacidade de endividamento que tínhamos a 31 de dezembro. Neste momento temos capacidade de endividamento porque abatemos muito na dívida este ano.

Quanto à questão que colocou sobre as calçadas, o empreiteiro abandonou a obra a meio na rua do Marquês, tendo, depois de um complicado processo jurídico, o nosso pessoal terminado a obra. Teve que haver uma resolução unilateral do contrato por parte da Câmara, terminámos a obra, deliberámos aplicar as multas e as garantias bancárias, terminámos as obras e estamos a preparar um novo procedimento, sem contar com esta empresa que não conseguiu dar seguimento.

No que toca à escola, não sei exatamente a que se refere, porque se trata de um processo complexo em muitas frentes. Resolvemos a questão da pocilga, entendemo-nos com o dono, passamos as infraestruturas por baixo e está também concluído o processo de negociação da garagem para terminarmos a estrada.

A escola já foi concluída e está em funcionamento, englobada na rede escolar. Já a recebemos parcialmente com pormenores de vidros riscados e coisas do género. Não sei se era esta a informação que pretendia mas terei todo o gosto em prestar-lhe mais alguma informação adicional.

Sr. d. m. Joaquim Ponte: – Gostaria de deixar aqui mais um esclarecimento para que esta questão fique definitivamente clarificada entre mim e a senhora presidente da Câmara e fique registada nas atas desta Assembleia.

A situação que ocorreu comigo e que a senhora presidente citou, foi a mesma que aconteceu em centenas de municípios por esse país fora em que o presidente da câmara, a um ano do fim do seu mandato, sai e deixa o seu vice-presidente a exercer as funções de presidente, que é substituído por outro elemento mas os outros eleitos continuam na câmara municipal.

É uma situação substancialmente diferente da que se verificou com a atual vereação e que, em minha opinião, carece de legitimidade democrática; por esta razão acho que se tratou de uma aberração democrática que não tem paralelo com a outra. Gostaria que ficasse claro o meu entendimento sobre esta matéria. Muito obrigado, senhor presidente.

1.2 - Terceira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2013 da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, para aprovação do órgão deliberativo nos termos do ponto 8.3 do POCAL (DL nº 54-A/99 de 22 de fevereiro) e em conformidade com o disposto da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro.

Sra. presidente da Câmara: – Como se pode observar, a esmagadora maioria destas revisões e alterações propostas referem-se a alterações de verbas entre rúbricas. Temos o orçamento feito também por orgânica e depois há a necessidade de adaptar verbas de um lado para o outro.

A escola de Santa Bárbara estava numa única rúbrica e decidimos reabri-la em duas: a escola fica numa rúbrica e o arruamento noutra mas a verba é a mesma e, se retirarmos dinheiro de um lado, acresce no outro.

A outra situação tem a ver com o que já tínhamos falado relativamente aos Serviços Municipalizados sobre a formalização e abertura de uma rúbrica relacionada com o pagamento de uma multa de 105 000,00€ que remonta há quase 20 anos.

Com o Centro Interpretativo passa-se o mesmo que a escola de Santa Bárbara: a divisão plurianual em 2 rúbricas mas as verbas mantêm-se.

Temos ainda a inserção de uma rúbrica nossa respeitante a um pedido que realizámos à Junta de Freguesia da Conceição relacionada com a demolição do edifício onde se encontrava instalada. Era suposto demolirmos uma casa para prosseguirmos com o trabalho de urbanismo daquela zona mas teríamos de a comprar e propusemos à Junta que se deslocasse para as antigas instalações da escola da Conceição e ficasse a acompanhar as outras entidades que para lá foram; assim demoliríamos apenas o edifício da Sede da Junta de Freguesia da Conceição que é um edifício camarário e já estava a precisar de obras.

Era necessário alargar a estrada e construir o respetivo espaço de estacionamento mas solicitámos à Junta que assumisse estes trabalhos face à sua facilidade em resolver esta situação de forma mais rápida.

Temos ainda uma solicitação de alteração de competências por parte da Junta de Freguesia do Porto Judeu para poder afetar verba às intempéries, assim como a Feteira que também solicita uma adequação para retirar a Canada do Marco da sua delegação de competências.

Não se registando mais intervenções e posta à votação, a Terceira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2013 da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, constante do Ponto 1.2, foi aprovada por maioria com 24 votos a favor (20 do PS, 4 do PSD) e 11 abstenções (8 do PSD, 3 do CDS-PP).

1.3 – Terceira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2013 dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011 de 30 de novembro e Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro e parcialmente revogada pela Lei n.º 67/2007 de 31 de dezembro.

Não se registaram quaisquer intervenções. Posta à votação, a Terceira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2013 dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, foi aprovada por maioria com 26 votos a favor (21 do PS, 5 do PSD) e 11 abstenções (8 do PSD, 3 do CDS-PP).

1.4 – Proposta da Câmara Municipal para a minoração da taxa no valor de 30% para as Freguesias de Doze Ribeiras, Serreta, Santa Bárbara, Altares e Raminho, incidente sobre os prédios rústicos, urbanos e urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) a cobrar no ano de 2014, para aprovação do órgão deliberativo, em conformidade com o art.º 112.º, n.º 6 do CIMI.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O PSD vai votar favoravelmente esta proposta, tal como as seguintes que visam a minoração de taxas ou a aplicação dos respetivos valores mínimos que a lei permite, como tem feito em anos anteriores e assembleias anteriores e tal como consta do seu programa eleitoral levado a votos há 4 anos. Muito obrigado.

Não se registando mais intervenções e posta à votação, a Proposta da Câmara Municipal constante do Ponto 1.4 foi aprovada por unanimidade.

1.5 - Proposta da Câmara Municipal para a minoração da taxa no valor máximo de 30%, incidente sobre os prédios urbanos e urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) a cobrar no ano de 2014, sítios na área territorial abrangida pelos limites da Zona Classificada de Angra do Heroísmo, definidos no art.º 3.º, n.º 1 do supra citado Decreto Legislativo Regional n.º 15/2004/A de 6 de abril, tendo em vista a sua reabilitação urbana, para aprovação do órgão deliberativo em conformidade com o art.º 112.º, n.º 6 do CIMI.

Sra. presidente da Câmara: – Estamos a tentar isentar de IMI a zona classificada por ser considerada monumento e os monumentos não têm que pagar esse imposto mas não há um entendimento uniforme entre diversas entidades.

Solicitámos ao IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico) que se pronunciasse favoravelmente nesse sentido para que a zona classificada de Angra fosse considerada monumento e assim ficasse isenta de IMI; no entanto, caso isto não seja possível, há um plano B que consiste na possibilidade de classificar de interesse municipal, todas as casas abrangidas pela zona classificada porque assim ficariam isentas de IMI.

Sr. d. m. Joaquim Ponte: – Associo-me a esta decisão que me parece sensata e mais um incentivo para quem vive no centro da nossa cidade. Gostaria também de expressar a minha preocupação relativamente à reabilitação urbana de muitas das casas existentes no centro histórico de Angra do Heroísmo, ainda afetadas pelo sismo de 1980 ou pelo atual sismo silencioso que são as térmitas.

Acho que esta deveria ser uma preocupação do município a juntar à que a senhora presidente acabou de referir, que felicito e participarei na sua aprovação. É necessário estimular algo que faça com que o nosso centro histórico não se perca da forma tao latente como parece que está acontecer.

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Proposta da Câmara Municipal constante do Ponto 1.5 foi aprovada por unanimidade.

1.6 - Proposta da Câmara Municipal no sentido de serem fixadas as taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis, a cobrar no valor de 0,5 % para os prédios urbanos e no valor de 0,3 % para os prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) a cobrar no ano de 2014, para aprovação do órgão deliberativo em conformidade com o art.º 112.º, n.º 5 do CIMI.

Não se registaram quaisquer intervenções. Posta à votação, a Proposta da Câmara Municipal constante do Ponto 1.6 foi aprovada por unanimidade.

1.7 – Alteração do mapa de pessoal da Câmara Municipal, aditando-se a área de Engenharia Zootécnica às já previstas áreas de Engenharia Agrícola e Ambiental, para aprovação do órgão deliberativo municipal, nos termos do artigo 5.º, n.º 3 do Regime de Vínculos, Carreiras e Remunerações dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas (LVCR) e do artigo 53.º, n.º 2, alínea o) da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro.

Sra. presidente da Câmara: – Quando preparámos a internalização da Culturanga houve uma falha porque uma das vagas deveria ser Zootecnia e acabou por passar tudo como Agrícola e Ambiental. É apenas a correção desse aspeto.

Não se registando mais intervenções, após votação, a Alteração do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal constante do Ponto 1.7 foi aprovada por maioria com 24 votos a favor, (21 do PS, 3 do CDS-PP) e 12 abstenções do PSD.

1.8 – Pedido de classificação como de interesse municipal do imóvel sito à Rua da Sé, n.ºs 71 a 85, para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2004/A de 24 de agosto.

Não se registando quaisquer intervenções, após votação, o Pedido de Classificação constante do Ponto 1.8 foi aprovado por unanimidade.

Sr. presidente da Mesa: – Na discussão de um dos pontos da Ordem de Trabalhos, a senhora presidente da Câmara esqueceu-se de referir uma questão que considera importante que fique na ata.

Sra. presidente da Câmara: – Peço desculpa mas acho importante que isto conste em ata. Há um aspeto relacionado com o IMT na revisão ao orçamento que gostaria que tivessem em mente porque pode vir a ser abordado em assembleia ainda este ano.

Os serviços de finanças não conseguem estimar os valores correspondentes ao IMT a transferir para a Câmara. Quando fizemos o orçamento este ano, contrariamente às previsões do POCAL, previmos em baixa, ou seja, em vez de prevermos o valor do ano passado acrescido de 2,5%, fizemos o oposto prevendo para baixo com uma grande redução. No entanto, mesmo assim, o que se está a verificar é que as transferências de IMT estão a ser ainda muito inferiores.

Ficámos na dúvida se iríamos refletir agora no orçamento e nesta revisão, uma redução do IMT entre 400 a 600 000,00 euros. Como não temos a certeza, optámos por não o fazer mas temos o orçamento equilibrado. Mesmo que não receba esse dinheiro, a Câmara tem a possibilidade de manter o equilíbrio financeiro. Se recebermos o dinheiro, no fim do ano haverá uma sobra de cerca de 400 000,00 euros que depois será redistribuída.

Foi feita uma gestão cautelosa. Optámos por não gastar o que não tínhamos a certeza de vir a receber. Optámos por não o refletir nesta Assembleia mas há um equilíbrio aqui para que, na próxima reunião da Assembleia, não se pense que desapareceram de repente 400 ou 600 000,00 euros e isso nunca ter sido falado. É apenas para que conste. Obrigada.

Sr. presidente da Mesa: – Algum dos presidentes dos grupos municipais quer usar da palavra, antes de passarmos à leitura e aprovação da minuta da ata?

Sr. d. m. Basílio Sousa: – Quero agradecer a amizade de todos e desejar os melhores êxitos aos que ficam e aos que saem; muita saúde para todos e desculpem alguma coisa. Muito obrigado.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Não ia dizer nada mas, depois da intervenção do senhor Basílio, o autarca mais antigo do concelho de Angra em funções, queria, em meu nome e em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, agradecer-lhe o trabalho feito ao longo de tantos anos e endereçar-lhe uma especial saudação no final do seu mandato. Desejo que a sua próxima etapa se realize como presidente da Assembleia de Freguesia da Sé.

Sr. d. m. José Alberto Borges: – O CDS-PP não poderia deixar de enaltecer o trabalho do senhor Basílio durante todos estes anos em que esteve à frente da Junta de Freguesia da Sé. Queremos desejar-lhe muita saúde e esperar que esta Assembleia para o ano se lembre que o senhor é vivo e lhe atribua alguma medalha de mérito porque o senhor bem o merece. Muito obrigado pelo seu desempenho.

Sr. d. m. João Santos: – Para além do senhor Basílio e toda a consideração que merece, quer pessoal, por todo o respeito que lhe tenho, quer profissional, no desempenho do seu cargo, levaria estas palavras um pouco mais longe estendendo-as a todos os presidentes de Junta de Freguesia que desempenharam até agora esse papel, muitas vezes ingrato e até um pouco mal visto, com mais dores de cabeça do que recompensas na defesa dos interesses das suas freguesias.

Sou conhecido nalguns meios por ser um militante socialista que faz publicamente elogios a presidentes de Juntas de Freguesia do PSD mas acho que deve ser elogiado quem o merece, independentemente das suas ideias ou filiações partidárias.

Neste fim de mandato, deixo uma saudação muito especial a todos os presidentes de Juntas de Freguesia que, certamente, tudo fizeram pela defesa dos interesses das mesmas, desejando a todos as maiores felicidades e que, os próximos que venham a ocupar estas cadeiras, tenham, no mínimo, a mesma postura aguerrida na defesa dos interesses do seu concelho, que todos os que estiveram aqui sentados até agora. Deixo também uma palavra de apreço ao senhor presidente. Muito obrigado.

Sr. d. m. José Gabriel Silva: – Bom dia a todos. Vou intervir, não porque tenha algo contra o Basílio, meu amigo muito antes da política existir por esta zona do concelho de Angra, mas para fazer uma pequena retificação ao amigo Rendeiro.

O Basílio é o presidente de Junta mais antigo do concelho de Angra mas, do PSD. Como a ata é um meio de consulta, peço essa retificação. Não tenho nada contra ele nem é para me vangloriar por ser o mais antigo mas o que é dito tem que ser registado.

Só tenho a agradecer a presença e o trabalho desenvolvido pelos restantes membros desta Assembleia, a sua Mesa e os membros da Câmara Municipal, especialmente os membros da Assembleia que não estão aqui a troco de alguma remuneração ou vencimento a defenderem as suas populações, o nosso concelho e a nossa ilha.

Espero que os que nos seguirão façam um trabalho tão digno e valorizado quanto nós procurámos fazer. A todos um bem-haja.

Sr. presidente da Mesa: – Quero evocar a memória do senhor Carlos Pinheiro e dizer ao senhor Basílio que ele é um exemplo que eu gostaria de seguir pela sua postura e, sobretudo, pela sua jovialidade. Muito obrigado pelo trabalho que desempenhou na Junta e pela sua postura nesta Assembleia.

Ao José Gabriel, ao Paulo Agostinho, ao Sérgio, ao António Toledo, ao José Gaspar, que não está presente, a todos quero deixar o meu abraço e o meu apreço pelo trabalho desenvolvido em prol das populações que os elegeram.

Em relação à doutora Sofia, faço votos para que esta experiência que agora termina seja apenas o início de uma caminhada que, tenho a certeza, muito contribuirá para o engrandecimento do nosso concelho.

Dra. Sofia Couto: a sua postura, a sua competência, o seu saber, a sua força, a sua alegria e a sua solidariedade ficam como marcas profundas da sua passagem pela presidência da Câmara.

Agradeço-lhe do fundo do coração por ter abraçado uma causa tao difícil, o que só se justifica pelo amor que tem ao seu concelho. Obrigado pelo seu exemplo e pela sua amizade. Desejo o melhor para si e para a sua família.

Muito obrigado também a todos os senhores deputados.

Aplausos na sala.

*O 1.º secretário da Mesa, deputado municipal Vasco Capaz, procedeu à leitura da **minuta das deliberações que foi aprovada por unanimidade**, depois de posta à apreciação e votação.*

Sr. presidente da Mesa: – Muito obrigado a todos pela vossa colaboração que me permitiu dirigir os trabalhos com alguma tranquilidade. Desejo as maiores felicidades a todos os candidatos nas eleições autárquicas do próximo dia 29.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, pelas 11H56M do dia 23 de setembro de 2013, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, 1º secretário da respetiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz